



Fábio Geraldo de Ávila

Instituto Federal de Educação,
Ciência, Tecnologia do Sul de Minas
Gerais (IFSULDEMINAS) - Poços de
Caldas – MG, Brasil.

fageavila@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1848-6101>

Camila Claudiano Quina
Pereira

Universidade do Vale do Sapucaí
(UNIVÁS) – Pouso Alegre – MG, Brasil

camilacquina@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6607-529X>

Imigrantes e seus direitos: um estudo bioético em diálogo com a perspectiva decolonial.

Immigrants and its rights: a bioethics study in dialogue with the decolonial perspective.

Resumo: No município de Espírito Santo do Dourado – Minas Gerais, Brasil, a intensificação do cultivo de lavouras de morango tem gerado um contínuo fenômeno de imigração de trabalhadores rurais proveniente das regiões Norte e Nordeste do país. Nesta pesquisa qualitativa e exploratória se propôs estudar este fenômeno, no que concerne à problematização bioética acerca de violações de direitos fundamentais aos imigrantes em sua trajetória de imigração e fixação. Foram realizadas entrevistas e aplicados questionários com imigrantes e servidores públicos municipais que atuam diretamente com esta população em que se analisou os resultados pelo método descritivo. A pesquisa concentrou na centralidade dos temas abordados para se tratar da realidade local, circunscrita nos projetos globais. Indicou-se que os imigrantes recebem atenção nas principais políticas públicas no município, ao passo que este teria dificuldades para lidar com o grande fluxo e com o choque cultural. Um diálogo entre Bioética de Intervenção e contorno do pensamento decolonial guiou a análise dos resultados.

Palavras-chave: Bioética de Intervenção. Direitos. Estudos decoloniais. Imigração.

Abstract: At the city of Espírito Santo do Dourado (Minas Gerais, Brazil), the intensification of strawberry cultivation has generated a continuous rural workers immigration from Brazil's north and northeast. In this research, we proposed the study of this phenomenon regarding the biotic problematization of immigration routes and fixation and violation of immigrant rights. Interviews were conducted and questionnaires were applied to immigrants and city service workers which deal with this kind of population, in which we analyses the results by descriptive method, finding covered topics to consider the local reality in global projects. The research indicates the immigrants receive attention from the main public policies of the city, while the municipality has difficulty to deal with great immigrant flow and cultural shock. A dialog between Interventional Bioethics and the outline of decolonial thinking guided the analysis of obtained results.

Keywords: Intervention Bioethics. Righs. Decolonial studies. Immigration.

Introdução

Na região do sul do estado de Minas Gerais, Brasil, são comuns as migrações sazonais ou laborais, nas quais considerável contingente de trabalhadores se deslocam de outras regiões para o trabalho em períodos de colheitas, principalmente nas lavouras de cafés (Souza, Freitas, 2015). O intenso fluxo imigratório que tem ocorrido no município do Espírito Santo do Dourado - MG é resultado da introdução e expansão da cultura do morango na região a partir do início dos anos 2000 (Andrade, Brandão, 2013, p.1), fato que tem demandado uma crescente oferta de mão de obra nestas lavouras, sendo esta demanda suprida por meio da imigração de trabalhadores provindos especialmente dos estados de Tocantins e Maranhão. Essa imigração tem provocado impactos locais em razão do grande fluxo, do choque de realidades socioculturais e exigido sobre-esforços da rede municipal de saúde, educação e de assistência social para atender à crescente demanda (Ávila, 2019).

A cultura do morango é perene e proporciona colheitas durante todo o ano, em especial em condições climáticas favoráveis, característica que tem destacado Espírito Santo do Dourado neste cultivo, por seu clima tropical de altitude (IBGE – Cidades, 2020). Assim, os imigrantes encontram trabalho durante todo o ano e não apenas durante uma temporada como no caso das colheitas nas lavouras de café. Nessa peculiaridade, subentende-se o grande fluxo de imigrantes ao qual o município recebe e acomoda durante todo o ano. As relações locais, muito próprias do município e intrincadas à cadeia de produção do morango, associadas às necessidades da população imigrante, tem mantido este contínuo fluxo de imigração, alavancando questões como os direitos dos imigrantes, que no presente texto serão problematizados com base no prisma da bioética de intervenção.

Recentemente, o fenômeno da imigração, em especial de refugiados, alcançou a América Latina com expressividade, especialmente em face da tragédia humanitária no Haiti e da crise político-econômica na Venezuela. Estudiosos da bioética têm se debruçado sobre essa temática, visto que a questão perpassa por garantias perpetradas na “Declaração Universal de Direitos Humanos” e na “Lei de Imigração”. A proteção destas pessoas contra qualquer discriminação e as garantias de respeito aos direitos fundamentais e acesso aos serviços e equipamentos públicos têm sido a tônica das argumentações dos bioeticistas (Rosanelli, 2018; Setti, Cunha, Guiotoku, Moysés, 2020).

A Bioética de Intervenção se constituiu no Brasil como uma vertente que se pauta em uma bioética politizada, laica e nativa, para se sustentar a partir dos problemas locais em prol de entendê-los e inferir sobre eles.

Ela propõe o recorte dos conflitos contemporâneos em dois grandes campos: emergentes e persistentes (Garrafa, 1996; Garrafa, Porto, 2003). Emergentes – que tratam dos impactos do avanço científico-biotecnológico na esfera da vida; e os persistentes - que são resultantes da exclusão social, das contradições geradas no cerne do modelo de produção e reprodução da sociedade capitalista que se move na contramão das garantias de direitos fundamentais, tais como os inscritos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (Martorell, 2015 p. 26). Para tanto, a Bioética de Intervenção propõe uma fundamentação teórica, entre outras, com as seguintes categorias:

[...] bioética de situações persistente, bioética de situações emergentes, países centrais e periféricos, bioética não neutra (ou politizada), mercado fomentado por desigualdades, Direitos Humanos, diversidade cultural e pluralismo moral, finitude dos recursos naturais, os 4 “Pês” para uma prática bioética politizada (prudência, precaução, prevenção e proteção), corporeidade (dor e prazer), equidade, compromisso com os excluídos (vulneráveis), intervenção, utilitarismo e consequencialismo solidário (Martorell, 2015 p. 28).

Em conformidade com o compromisso político-social, a Bioética de Intervenção firma sua posição ao tratar os conflitos éticos em uma perspectiva a abarcar apropriadamente as categorias que lhe conferem uma identidade contra hegemônica e antissistêmica de re-territorialização epistemológica (Feitosa, Nascimento, 2015), comprometida com as pautas coletivas, buscando minimizar (quando inevitáveis) os prejuízos individuais com uma instrumentação para além da simplista e mecanicista fundamentação principialista.

Em face da problemática acerca da imigração, faz-se refletir sobre como se tem dado a efetivação dos direitos humanos fundamentais no Brasil. No contexto desta pesquisa, num fluxo contínuo de imigrantes das regiões Norte e Nordeste para um município de pequeno porte do sul de Minas Gerais, em decorrência de oferta de mão de obra em lavouras de morango, confere destacar que:

Migrantes e refugiados necessitam de atenção especial. Diferenças culturais, dificuldades com o idioma, falta de documentação e histórico médico, bem como

racismo e xenofobia, comprometem o acesso à saúde. Essas vulnerabilidades despertam o olhar da bioética, pois se relacionam com determinantes sociais e aspectos estruturais, sociais e culturais complexos (Rocha, et al., 2020, p. 385).

Os determinantes sociais e demais apontados acima, delineiam aspectos que constituem elementos de análise para uma problematização bioética da temática desta imigração interna, observada na atração pela oportunidade de trabalho não qualificado, visto que os imigrantes sobre esta ótica certamente encontram-se em vulnerabilidade, resultando que no novo destino as condições a eles oferecidas podem também propiciar o desenvolvimento de novas vulnerabilidades.

Incorre que as garantias e direitos fundamentais, que incorporam aspectos sociais relacionados diretamente com a sociabilidade do sujeito, ou seja, direitos de cidadania, primários, básicos a serem garantidos à população que é intrinsecamente digna a estes, inerente à condição humana, se estabelecem imbricados na proteção dada pelo Estado, a quem cabe empossar a população desta condição de cidadania propiciando aquilo que posta o sujeito em dignidade por ele ser humano.

A bioética de Intervenção tem se constituído como uma ferramenta comprometida com a construção coletiva de propostas, das decisões e da concretude na efetivação de políticas que se configuram em direitos fundamentais, reportando-se também como uma instância de denúncia aos entraves que impedem esta efetivação, corroborando com a ampliação da percepção da coisa pública para o alcance e controle social dos cidadãos. Trata-se, assim, de certo modo, de uma utopia “por se tratar de proposta teórica voltada a fomentar uma sociedade ideal, fundamentada em leis justas e em instituições político-econômicas verdadeiramente comprometidas com o bem-estar da coletividade” (Porto, 2012, p.109).

A Bioética de Intervenção, neste contexto, é vista como uma ética aplicada à promoção de conscientização para com o bem comum e de luta por uma sociabilidade que verdadeiramente dignifique a vida humana, como impulso para que “tal possibilidade se estenda definitivamente ao objeto do campo, os seres humanos e seus conflitos de vida e morte, ensejando a superação das iniquidades que hoje marcam o mundo” (Porto, 2012, p.125).

Confere destacar que “A bioética latino-americana, sobretudo a Bioética de Intervenção, colocou-se em posição de vanguarda na percepção da lógica colonial moderna” (Nascimento, 2011, p.164). Sua crítica à bioética hegemônica, aos modos

padronizados de vida e às investigações clínicas em seres humanos, a colocam nesta posição de ressaltado. Nascimento, caminha na direção de um “reencontro” entre bioética e biopolítica, ao cunhar o termo colonialidade da vida:

A noção de vida afirmada neste contexto é já a de uma vida colonizada, subordinada aos processos de hierarquização e domínio que devem ser conduzidos para uma “boa gestão” das populações. E aqui, o capitalismo, a ideia de raça, a marcação dos corpos pelo gênero – o que Foucault (1988b, p.76) chama de lógica do sexo em oposição a uma física do sexo – e a consolidação de uma nova racionalidade política encarnada no Estado, sobretudo com o surgimento e desenvolvimento das formas de liberalismo, são absolutamente fundamentais para essa nova gestão da vida. Esta nova política da vida está completamente atravessada pela colonialidade (Nascimento, 2011, p.111).

Pensando a partir da colonialidade/decolonialidade (Quijano, 2005; Mignolo, 2020; Dussel, 2016), Nascimento (2011) depõe sobre as hierarquias constituídas sobre a vida e que fazem algumas pessoas ou povos serem mais importantes que outros e os pretextos que perfazem como justificativas para uns sobrepor-se a outros por sua condição de superioridade/inferioridade nesta hierarquia, que também acaba por legitimar os modos de vidas que são “civilizados” e os que devem se “civilizar”. Assim, “então embora tenham nuances específicas, bioética e as análises da biopolítica estão interconectadas em seus propósitos de entender os mecanismos de poder sobre a vida que se fundam em torno de uma imagem de vida” (Nascimento, Garrafa, 2011, p. 292). Nesta direção, esses autores identifica a colonialidade da vida como alicerce da biopolítica vigente, da naturalização desta hierarquização das vidas e, consequentemente de condições desumanizantes.

Diante do exposto, o presente estudo partiu do interesse de investigar acerca do alcance de direitos fundamentais pelos imigrantes, tendo a Bioética de Intervenção como referência teórica de estudo. Objetivou-se a problematização bioética de conflitos no que tange à violação de direitos no contexto da imigração e de fixação de brasileiros da região Norte e Nordeste que tem se deslocado para Espírito Santo do Dourado em decorrência da oferta de mão de obra nas lavouras de morango. Delineou-se que, para tanto, fosse necessário entender a trajetória construída por estes imigrantes em Espírito Santo do Dourado, em seu fluxo migratório e de fixação, na busca por elucidar a garantia de direitos fundamentais a essa população e consequentemente problematizar as questões bioéticas decorrentes.

Método

Trata-se de um estudo social, qualitativo e exploratório, realizado por meio de entrevistas e aplicação de questionários com o mesmo roteiro utilizado nas duas técnicas. Os participantes, de acordo com suas disponibilidades, foram entrevistados ou responderam o questionário. Foram delimitados como participantes da pesquisa, servidores públicos municipais que atuam nas principais políticas públicas sociais diretamente voltadas para a população imigrante (Grupo 1) e imigrantes (Grupo 2) provenientes dos estados das regiões Norte e Nordeste que se deslocaram em decorrência da oferta de trabalho nas lavouras de morango e que se encontrassem em Espírito Santo do Dourado durante a realização da pesquisa.

A delimitação da amostragem dos participantes foi realizada por meio da metodologia Bola de Neve (Vinuto, 2014). Assim, as entrevistas ou envio de questionários tiveram início com profissionais da equipe do município e lideranças dos imigrantes. Estas foram as “sementes”. O contato com estas pessoas possibilitou a construção de uma rede de participantes múltipla e diversificada, apoiando-se nas descrições que foram elencadas para cada grupo. Assim, houve “a possibilidade de obter sementes oriundas de redes diversas, aumentando a possibilidade de acessar redes diferentes e, conseqüentemente, narrativas mais plurais” (Vinuto, 2014, p. 207).

Foi possível a obtenção de um consenso e definição da saturação da amostragem, nos dois grupos de participantes. No Grupo 1, obteve-se um grande número de recusas em participar da pesquisa e, por conseguinte, findou-se esta amostragem por esgotamento de indicações, totalizando 10 participantes. No Grupo 2, as recusas foram raras, mas percebeu-se o esgotamento nas informações que se repetiam e não traziam mais nenhum elemento novo: “Eventualmente o quadro de amostragem torna-se saturado, ou seja, não há novos nomes oferecidos ou os nomes encontrados não trazem informações novas ao quadro de análise” (Vinuto, 2014, p. 203). Assim, 27 imigrantes (Grupo 2) participaram da pesquisa. No total este estudo teve 37 participantes.

Com o ponto de saturação da amostragem evidenciado, pode-se delinear a organização das informações obtidas com as entrevistas. Este ocorreu por meio da sistematização em categorias de análise a partir da centralidade dos temas de cada pergunta norteadora utilizada nas entrevistas e questionários.

É importante destacar que diante da pandemia Covid-19 verificada no período de desenvolvimento do estudo, a pesquisa se desenhou, em atenção a todas

as recomendações e posturas éticas imprescindíveis para o cenário pandêmico e excepcional. Assim, com intuito de manter condições de segurança ao pesquisador e participantes, seu desenvolvimento se deu através de tecnologias remotas. A tecnologia de escolha foi adotada pela universalidade de acesso entre os pesquisados, favorecendo sua participação. Assim, foram realizadas por vídeo chamadas no aplicativo WhatsApp, devidamente gravadas por meio de aplicativo auxiliar de gravação de tela AZ Screen Recorder ou pelo envio de e-mail com o questionário em que se obteve repostas por escrito. As mesmas perguntas foram feitas nas duas modalidades, ficando a cargo do participante definir a forma de participação. Em ambas as situações o participante foi informado sobre os objetivos da pesquisa, recebeu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e apenas após a assinatura do mesmo procedeu-se com a entrevista ou envio do questionário.

Utilizou-se do método descritivo (Gil, 2008) em que se fez a transcrição sequencial e literal das falas dos participantes de cada grupo. Com as transcrições, foi possível construir os quadros temáticos em observâncias aos temas centrais abordados, em que se definiram seis categorias de análise: a) motivação para a migração; b) deslocamento e acolhida; c) relações de trabalho; d) atendimento das principais políticas públicas municipais às demandas dos imigrantes; e) maiores desafios/dificuldades em relação à imigração e f) impactos da pandemia Covid-19 na população imigrante.

Resultados e Discussão

As perspectivas do Grupo 1 e do Grupo 2 foram analisadas separadamente visto que, entende-se que a visão de quem fala sobre um processo do qual acompanha, mesmo que de perto, mas não o vivencia (Grupo 1) é sobremodo dispare do horizonte de quem o vive (Grupo 2). Entretanto buscou-se assentar-se numa complementaridade na análise das duas perspectivas, não sendo objetivo desta pesquisa as contrapor. Elas propiciaram uma aproximação com a descrição da realidade estudada. Os participantes do Grupo 1 são identificados com letras do alfabeto e os do Grupo 2 por números, ambos ordenados na sequência em que participaram da pesquisa.

Sobre a motivação que leva à migração

É recorrente nas falas dos imigrantes pesquisados, que em sua região de origem as condições para obtenção de trabalho e renda são precárias e este fator é determinante na decisão de se migrar. Como indica Golgher "(...) dois grupos de fatores atuam em conjunto na formação dos fluxos de migrantes: a baixa qualidade de vida

no local de origem e um melhor nível de vida no local de destino. Os determinantes da migração são usualmente descritos a partir desses dois grupos” (Golgher, 2004, p.33-34). Esta predominância do fator econômico ficou evidenciada nos relatos dos pesquisados.

O que eu já tive de conhecimento nessas andanças, nessas conversas informais é o seguinte: Ele vem aqui devido ao trabalho, que aqui para eles o sul de minas, Espírito Santo do Dourado, eles vêm para cá, com esta finalidade, eles são unânimes em afirmar que é para trabalho. A gente tem visto a partir de quando o morango tomou conta dos campos aqui, porque antes o forte daqui era a batata e eu tenho conhecimento que os primeiros vieram em 1994, 1995 com as primeiras lavouras de morango, eles vieram, mas eram poucos. O pico se deu a partir dos anos 2000 ha uns 15 anos atrás por ai 2005, 2004 começou a entrada de mais pessoas. (Participante B)

A busca por emprego e renda fica evidente como motriz deste processo imigratório. Todavia, nos relatos dos participantes pesquisados, em especial dos imigrantes, pôde-se observar que muitos migram nutridos por sonhos na busca de proporcionar um futuro melhor para si e os seus. Buscam qualidade de vida.

No caso da minha família e acredito que todas as pessoas que vem de lá da nossa região pra cá, pelo menos as que eu conheço, encontraram aqui no sul de Minas não apenas uma fonte de renda e serviços bem remunerados, apesar de ser o principal motivo, como também acesso a uma boa saúde e educação, já que a realidade de nossa região é totalmente diferente da que vivemos aqui. (Participante 26)

Todavia, ressalta-se que outros fatores relacionados à qualidade de vida caminham entrelaçados. Desta forma, a possibilidade de emprego e renda também se encontra com a oportunidade de uma vida melhor, em aspectos mais abrangentes, se busca na região para qual se migra, uma perspectiva de projeto de vida. Golgher (2004), enfatiza que “na maioria dos casos, quando o indivíduo troca de local de residência, ambos os fatores estão atuando em conjunto e de forma inter-relacionada” (p.34). Os fatores de ordem econômica predominam na decisão das pessoas em migrar.

Para a Bioética de Intervenção, a corporeidade é conceito chave no pensar o ser humano a partir de sua concretude na vida em sociedade que se opera no corpo na “dimensão física e psíquica que se manifestam de maneira integrada nas inter-relações

e nas relações com o ambiente” (Porto, Garrafa, 2005, p.116). Assim, as condições adversas e a sobrevivência são sentidas na pele dos indivíduos, gerando adoecimento, frustrações e sofrimento. A atitude de migrar pode ser entendida como busca por alívio da dor, da fome, de oportunidade, de aventura, de busca do que outra realidade pode proporcionar. Entretanto, na condição de imigrante, seus corpos são corpos estranhos que se insurgem nesta outra realidade e não escapam da travessia que se constitui esta inserção.

Nesta direção, Nascimento (2011) desloca o corpo para uma perspectiva decolonial, postulando que os corpos latinos se insurgem antagônicos contra a imagem do corpo padrão, estabelecido pelo status quo, o que logo indica que uma universalidade do conceito de corpo não abstrai as marcas desta ontologia da vida decorrente da colonialidade. Mignolo (2019) assinala que “(...) desvincular-se do controle das forças estrangeiras sobre as vidas, caminha de mãos dadas com a ação de reconstruir e reexistir sob novas condições e modos de existências próprios” (p. 12). São nos corpos que se demarca a ideia moderna de raça que Quijano (2005) demonstrou ser central a toda construção moderna vigente, onde os conceitos de corpo e de humano estão em constante disputa.

Sobre o deslocamento e acomodação

A maioria dos imigrantes chegam ao município em ônibus fretados clandestinamente, por meio de conhecidos. Chegam sem recursos financeiros, sem documentação, e se acomodam nas vilas formadas ao redor de grandes plantações de morango. Algumas famílias alugam casas disponíveis e abrigam outros parentes que chegam mais tarde após a instalação e acomodação. Em paralelo com alguns que retornam ao norte/nordeste brasileiro, outros começam uma nova vida no município, compram um lote, constroem suas casas e seguem trabalhando e criando seus filhos nas montanhas mineiras de Espírito Santo do Dourado.... (Participante E)

“Olha, eu fiquei sabendo de Espírito Santo Dourado, porque uma prima minha já morava aqui. Aí eu morava no Tocantins. Aí tava passando uma barra danada lá no Tocantins. Aí ela me chamou ‘(...) pois vem pra cá...’” (Participante 9)

Nos relatos dos participantes pesquisados, pode-se entender que em sua maioria viajam de ônibus fretados, ao que se demonstrou com uma expectativa de um trabalho já intermediado, pois ficam sabendo da oportunidade por meio de conhecidos (familiares ou amigos), que os incentivam a migrar. Se alocam na casa desses conhecidos, em

casas alugadas no perímetro urbano, ou em vilas improvisadas ao redor das lavouras, onde são construídos barracos de lona com cobertura de telha de amianto, até se estabilizarem.

Aqui pode-se notar como a colonialidade da vida (Nascimento, 2011) se articula para controlar/hierarquizar/justificar as relações de poder. Os imigrantes pesquisados demonstraram estabelecer com estas linhas de ônibus fretados uma relação ligada à comodidade, por ser uma forma mais fácil para que eles possam suprir a necessidade de visitar seus parentes e a terra natal (menos tempo e sem escalas), não demonstrando preocupação com as implicações que um transporte irregular pode acarretar. Outrossim, as mesmas linhas alimentam a demanda por mão de obra nas lavouras trazendo novos trabalhadores. As condições precárias das moradias também indicam uma estagnação em relação às condições postas, desnudando o modo como se opera a colonialidade na vida das pessoas num país com tamanha desigualdade como o Brasil, o que remete às tensões nas configurações de modos de vida aos quais os imigrantes se sujeitam.

A abordagem da Bioética de Intervenção, apropria-se dos chamados “4 Pês” para uma prática ética responsável - prevenção (de possíveis danos e iatrogenias), precaução (frente ao desconhecido), prudência (com relação aos avanços e “novidades”) e proteção (dos excluídos sociais, dos mais frágeis e desassistidos)” (Garrafa, 2005, p. 130) - conceitos que articulados são norteadores teórico-políticos de ações éticas comprometidas com os mais vulneráveis. Estes conceitos levam a refletir acerca de possíveis consequências do processo migratório a partir de uma de apropriação do processo migratório, em que, desde a tomada de decisão de emigrar, várias circunstâncias podem inferir sobre os indivíduos e, em quais agentes recaem as responsabilidades por possíveis consequências.

Sobre as relações de trabalho

Eu acredito que 99% da população de migrantes que vêm aqui para Espírito Santo do Dourado trabalha com morango, né. O patrão aluga a terra de um certo dono e passa o contrato para mim, o contrato de meeiro, por exemplo, eu vou plantar 10 mil pés, 40% da lavoura né, 40% do que eu vou plantar é meu e os outros 60% do patrão. Eu acredito que tem muito pouco registro do contrato de meeiro. Mas na verdade, a maioria é contrato de boca, você chega para procurar um papel e

não tem nada, o patrão não corre atrás, o meeiro é desleixado um pouco, não tem o cartão do produtor, mais é. (Participante 2)

“Quase em sua totalidade trabalham em lavouras de morango, com contratos informais ou em sociedade com os donos das terras.” (Participante H)

As relações de trabalho estabelecidas no processo de produção foram qualificadas como boas pelos imigrantes pesquisados, apesar de se perceber claramente a precarização do trabalho, sobretudo nos relatos sobre contratos informais, trabalho por diária e sem evidências de trabalhadores efetivamente registrados. A “sociedade” entre os meeiros e o patrão (um arrendatário de terras) é a situação que prevalece quando se avalia o conjunto dos imigrantes.

Os imigrantes pesquisados que se disseram meeiros, demonstraram sentir-se parte do processo produtivo nesta situação. Novamente uma postura de simetria com as condições postas pôde ser observada. Integrar o processo de produção nas lavouras, enquanto meeiro, representa uma sociedade, que mesmo que registrada em cartório, seria a relação estabelecida entre um trabalhador rural com um arrendatário de terras, segundo as informações obtidas com os participantes desta pesquisa. Isso leva a questionar que, mesmo este trabalhador estando regular com garantias do contrato, ele não desenvolve a lavoura sozinho. Percebeu-se que a família, parentes e outros imigrantes estão também trabalham nestas lavouras. Estes podem ser os que trabalham por dia, os diaristas também podem representar o trabalho de familiares em informalidade. Esta é a configuração do trabalho na cadeia de produção do morango que se apresentou à observação do estudo realizado.

Sobre o atendimento das demandas dos migrantes pelas principais políticas públicas sociais municipais

No começo, em 2011, foi bem difícil. A população de Espírito Santo do Dourado não queria aceitar imigrantes, pois, ah, faz muita bagunça, não sei o que... é isso e aquilo... mas no decorrer do tempo a gente sempre teve o apoio do Prefeito da cidade, eu particularmente não tenho o que reclamar, a turma de uma certa forma vem aceitando. Até hoje tem gente que não gosta? Tem, né, tem bastante! Mas de certa forma né, a maioria já se identifica bem com os imigrantes. E é sempre como eu conversei com a turma do Maranhão, Tocantins: o imposto teu você tem de pagar na cidade por que você precisou da rede pública, você vai se socorrer na cidade,

se eu preciso da cidade eu tenho de contribuir com ela para suprir as necessidades quando eu precisar.” (Participante 2)

Estas famílias, já vem com transferência do CadÚnico, então são famílias vulneráveis. Atendemos eles com os benefícios eventuais, como roupas, cobertores por causa do frio, que não faz parte da cultura deles [...]. Até para nós que trabalhamos, que temos um certo conhecimento e não admitimos rótulo, rotulagem, já me peguei falando sobre fulano de tal ‘Mas quem é que tá precisando?’ É Tocantins? É maranhense? A primeira classificação que a gente faz ‘mas quem tá precisando, já é do município, é de fora’; eu mesmo me faço esta pergunta constantemente. Para tratar o assunto com muita normalidade eu acredito que estamos a passos lentos, para a gente realmente tirar o rótulo, compreender que todos têm direito de ir e vir. Aos que já estão aqui há mais de 15 anos, às vezes eu brinco com eles que já são douradenses, é da ‘praia’, é de Espírito Santo do Dourado. (Participante B)

Obteve-se dos imigrantes pesquisados uma avaliação positiva do atendimento de suas demandas com elogios à rede do município. Ocorre que se constata um campo conflituoso no que concerne à relação entre a rede, a população nativa e os imigrantes, o que fica proeminente em falas e relatos tanto dos servidores pesquisados, quanto dos imigrantes. Segundo os relatos dos participantes, pôde-se perceber que os conflitos se concentram na percepção de pertencimento dos imigrantes e na condição de sujeitos de direitos, o que geraria uma disputa por espaço na oferta das políticas públicas no município. Evidenciou-se que existe um estranhamento por parte da população douradense em relação à presença dos imigrantes no município. Muitos douradenses parecem considerar que os migrantes tomam um espaço que não pertence a eles, ao passo que ressalta nas falas que as verbas destinadas ao município não contabilizam os imigrantes o que ocasionaria sobrecarga, principalmente na rede de saúde e educação. Desta sobrecarga originam-se conflitos.

A Bioética de Intervenção, nos conflitos no campo público e coletivo defende uma forma de utilitarismo consequencialista: “(...) a priorização de políticas de decisão que privilegiem o maior número de pessoas, pelo maior espaço de tempo e que resultem nas melhores consequências coletivas, mesmo que em prejuízo de certas situações individuais, com exceções pontuais a serem discutidas” (Garrafa, 2005, p. 130).

No que tange ao atendimento do município as demandas das políticas públicas no âmbito municipal, é indispensável destacar a condição inalienável de sujeitos de

direitos dos imigrantes. Direitos humanos fundamentais que, no arcabouço teórico da Bioética de Intervenção, são um referencial que sustenta a abrangência de uma concepção de cidadania ampliada. A percepção que se tem é de que os munícipes interpretam que o imigrante não pertence ao município. Em tese, isso reporta a conjecturas que se sobrepõem na prática à noção de direitos humanos, representada por classificações e hierarquização que subjugam o não nativo ou regional como inferior, num pretexto para que se ergam barreiras e restrições no acesso a direitos inerentes a eles por serem seres humanos. A estes estranhos imigrados, parece preservar-se uma noção análoga a do “não nacional”, “não munícipe”, do não pertencimento e, para tanto, suas condições de sujeitos de direitos fora do seu território de origem se torna algo conflituoso. Nascimento (2011) e Mignolo (2019, p.4) se debruçam sobre esse aspecto ao interpretar estas situações como ciladas do projeto moderno forjado pela colonialidade nas amarras da classificação e hierarquização que se desdobram na construção societária.

Sobre o maior desafio enfrentado pelos migrantes em Espírito Santo do Dourado e pelo poder público municipal com a migração

Hoje, eu posso dizer que o maior desafio mesmo é encontrar um lugar, um lugar bom pra morar, porque a cidade aqui como já tem bastante imigrante, a maioria das casas tão alugada. Tem essa escassez de encontrar casa pra alugar. Daí, então esse é um dos maiores desafios. E tem aquele que consegue morar em grupo, e tem aqueles que já vem com a família pra cá. Então fica mais complicado o pessoal que vem com a família pra encontrar uma residência e geralmente o que acontece é que acaba morando no campo mesmo, em barraco de lona. Bem dizendo aqui é isso. (Participante 7)

Como em todos os lugares, em todos os lugares que eu fui, eu morei em São Paulo, em Teresina, eu acho que é um pouco do preconceito. (Participante 4)

O maior desafio que o poder público enfrenta hoje é tentar dar a eles uma infraestrutura digna. A arrecadação do município não é compatível com o número de habitantes... (Participante F)

Os imigrantes relatam que a alta procura por casas desencadeia aluguéis com valores fora de suas realidades econômicas. Citam que os barracos ao redor das lavouras seria, de certa maneira, uma consequência deste déficit habitacional no

perímetro urbano. Falam no preconceito que sofrem no dia a dia, nas diferenças nos costumes e das dificuldades em lidar com o frio da região.

Os servidores pesquisados relatam as dificuldades orçamentárias do município e o desafio de lidar com um fluxo de pessoas considerável, o qual não se tem um controle, sem previsibilidade em relação à entrada e saída de pessoas, o que sobrecarrega a rede de serviços públicos. Pôde-se perceber no relato de servidores as dificuldades em lidar com a diversidade cultural, com os costumes dos imigrantes.

A disparidade entre população estimada e população real residente no município, enviesado pelo processo migratório, produz esta prospecção. Entretanto, a avaliação positiva colhida nas entrevistas com relação ao reconhecimento de esforços da gestão municipal, indica que têm sido buscadas soluções para atender as demandas da população imigrante com referência às principais políticas públicas sociais.

Sobre impactos da pandemia COVID – 19 na população migrante

“Sobre a pandemia, é pra nós imigrante, eu acredito que a parte ruim, porque a gente não pode ir visitar a família da gente no Maranhão; só ouvir mesmo pelo celular, mas é assim que tá sendo né.” (Participante 17)

“Nesse momento, o município de Espírito Santo do Dourado tenta privar a entrada de migrantes devido a pandemia do Covid-19. No entanto os familiares que já residem no município facilitam a entrada dos que vem de fora.” (Participante C)

Os migrantes relatam que o isolamento social tem sido uma experiência complicada, pois culturalmente “não são de ficar em casa”. Os servidores visualizam que a maioria dos migrantes não estaria compreendendo a seriedade do momento pandêmico. As medidas de biossegurança que foram implementadas no município se apresentam coerentes com as aplicadas nos municípios circunvizinhos, e as dificuldades de compreensão para o cumprimento de tais medidas não parecem ser diferentes das que se notoriamente se apresentam nas demais localidades.

Desdobramentos: a conexão entre a cadeia de produção de morango e a (não) efetivação de direitos aos imigrantes

As condições de trabalho dos migrantes reveladas nesta pesquisa como sendo em sua maioria meeiros e diaristas não dá garantia de que os direitos dos mesmos na

esfera trabalhista estejam assegurados. Houve inclusive menções na pesquisa de que os contratos entre os patrões e os migrantes não seriam formalizados.

A cadeia de produção do morango em Espírito Santo do Dourado estaria, no seu cerne, baseada no investimento de “produtores não locais” através do arrendamento de terras e meios de produção com mão de obra de imigrantes, mediante uma sociedade com eles estabelecida. Este modelo acarreta um distanciamento deste produtor/investidor da produção em si, que fica a cargo dos migrantes meeiros. Tal distanciamento pareceu análogo a um afastamento da realidade/responsabilidade acarretado pelo próprio processo migratório.

Denota-se que a precarização nas relações de trabalho na cadeia de produção do morango, tem ligação direta com violações de direitos fundamentais aos imigrantes, que se deslocam para o município de Espírito Santo do Dourado pela atração no trabalho nestas lavouras. Ao se figurarem como arrendatários e fornecedores dos meios de produção, mas não da mão de obra humana proporcionada, que fica a cargo dos imigrantes, estes patrões se eximem da responsabilidade por estes trabalhadores, que são responsáveis pela produção. Por outro lado, na condição de meeiros, ou seja, sócios dos imigrantes, desviam-se de ofertar condições básicas a estes como o transporte de sua região de origem para Espírito Santo do Dourado, do transporte diário para o trabalho, de moradia, de alimentação etc.

Como foi relatado por participantes da pesquisa, se constatou a existência de uma rede que entrelaça diferentes meios para alimentar a motivação, deslocamento e acomodação destes imigrantes, por exemplo ao se revelar a linha de ônibus periódica e as vilas com barracos (que são alugados aos imigrantes) no derredor das lavouras. Enfim, a riqueza produzida nas lavouras de morango tem como marca traços da colonialidade, que se reproduzem na precariedade das relações trabalhistas que delineiam a divisão desta riqueza produzida. Os patrões e os proprietários das terras arrendadas (uma elite), certamente se beneficiam de uma fatia mais generosa da riqueza socialmente produzida, em detrimento dos imigrantes e também da sociedade local. O custo social que recai sobre a coisa pública para manutenção de direitos fundamentais aos imigrantes residentes no município acaba por gerar problemas pois aqueles que mais lucram com a produção, pouco ou nada participam deste processo. Pelo contrário, ao promoverem o modelo de produção acima apontado, contribuem diretamente para a inflação destes custos.

No que tange aos conflitos sociais evidenciados nos relatos dos participantes da pesquisa, a travessia do imigrar e se confrontar com uma nova realidade produz encontros e desses encontros modos, imagens e projetos de vida que são conflitantes. Transpassados pela lógica biopolítica da modernidade/colonialidade da vida (Nascimento, 2011), aquele que não é nativo, que não é consanguíneo, não é próximo, não é por sinal conhecido e acaba por ser um desconhecido, um forasteiro, um invasor, quiçá um inimigo. São essas as imagens que se produzem e reproduzem na banalização e desclassificação da vida humana em face das conjecturas contraditórias do projeto moderno que geram desconfiança, despertencimento e a desumanização do desconhecido. O preconceito que se indicou ser um preconceito de origem (xenofobia), se pulveriza e manifesta-se pelas esferas do viver nesta travessia que se projeta na trajetória do imigrante no território.

Pôde-se denotar que na realidade local mantém-se um projeto de elites locais/regionais (Souza Santos; Meneses, 2010, p.19) que precisam suprir a constante necessidade de mão de obra para seguir seu projeto de acumulação de riquezas. Para tanto, por que não utilizar as condições mais lucrativas e, conseqüentemente menos onerosas? Assim, seguem por alimentar a cadeia de subemprego, onde o imigrante se encontra em uma relação de trabalho na qual trabalha para si mesmo, e, portanto, arca com as responsabilidades e conseqüências desta relação, numa travessia marcada pela inferioridade, vulnerabilidade, invisibilidade e precarização.

Como reflexão desta problematização bioética, reporta-se na direção da decolonialidade em que um caminho para supressão das relações de subalternidade que minam as garantias e direitos é irromper em direção a fomentar as formas do reexistir:

Isso significa imaginar um modo de viver a suas/nossas vidas em vez de dar nossos corpos e nosso tempo a corporações, nossa atenção e nossa inteligência à insuportável mídia dominante e nossa energia aos bancos que estão constantemente nos assediando para obter créditos e para pagar juros elevados (Mignolo, 2019, p. 5).

Projetar condições de se defrontar as estruturas de dominação em uma realidade local e circunscrita nos projetos globais reporta ao “surgimento de respostas decolonias, isto é, respostas das pessoas que não se contentavam com que lhes dissessem o que fazer e quem eram elas próprias” (MIGNOLO, 2019, p. 14). Consistiria em resgatar os aspectos do viver que foram abortados. Significaria, também, mesclar as condições possíveis de reinventar os modos de vida de maneira não totalizante e nem universal, ou seja, de

“preservar o que cada comunidade precisa para ser capaz de reexistir, e não mudar de acordo com as armações retóricas da modernidade” (Mignolo, 2019, p. 7).

Afinal um preço sutil cobrado pelo *status quo* em troca da sobrevivência é a subserviência, e esta se manifesta em comodidades, caprichos e prazeres que distanciam as pessoas das possibilidades decoloniais do reexistir. “Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, e cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação” (Santos, 2010b, p. 597). Não obstante, nas amarras para se viver nas condições disponíveis, cabe aos imigrantes e àqueles que se comprazam com as condições postas de injustiças e de desumanidades, canalizar suas potências para subverter aspecto, por aspecto, em oportunidades que subvertam os postulados locais, visando a construção de outra realidade, realinhada àquela vida que se pretende ser vivida, em novas condições a serem circunscritas.

Considerações Finais

A pesquisa constatou indícios de violação de direitos fundamentais dos imigrantes, intrinsecamente ligada à cadeia produtiva do cultivo do morango no município de Espírito Santo do Dourado – MG. Esta constatação tomou forma na problematização bioética, em alinhamento com pressupostos do pensamento decolonial, ao passo que, esta pesquisa destaca a fundamental contribuição epistêmica dos estudos decoloniais, na medida em que, ao se imergir nestes, pôde-se identificar, na realidade local, situações encobertas de subalternização e a alienação, frutos do mecanismo pelo qual se produz e reproduz a colonização da vida.

Nesta convergência, se situam muitas facetas que tem condicionado a um papel ainda mais notável de subalternidade àqueles situados na base desta pirâmide social dirigida pela colonialidade da vida no controle bipolarizado das populações. A tensão nos modos de vida que se operam em nome de diversos interesses da gestão da colonialidade faz-se refletir sobre como estes processos, que são históricos tem impactado os modos de vida e por seguinte, sufocado o viver pelo sobreviver.

Referências

1. Andrade AC, Brandão ATJ. Novas dinâmicas econômicas nos espaços rurais da microrregião de Pouso Alegre (MG): a produção de morango no município de Bom Repouso. *Revista de Geografia*. 2013; 1(3):1-7. Acesso em <https://periodicos.ujf.br/index.php/geografia/article/view/17927>
2. Ávila FG. Extensão, vivências e significados: Expedicionários em Espírito Santo do Dourado – Mg. In: Nascimento L. et al. (eds). *Modernidade: múltiplas linguagens - (re) construções e (re)leituras*. IXTRAN/UFRJ. 2019; pp. 287-309.
3. Dussel E. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação e partir da filosofia da libertação. *Revista Sociedade e Estado*. 2016; 31(1).
4. Feitosa SF, Nascimento WF. A bioética de intervenção no contexto do pensamento latino-americano contemporâneo. *Rev. bioét. (Impr.)*. 2015; 23(2):277-84.
5. Garrafa V. Bioética da situações persistentes e das situações emergentes. *Fragmentos de Cultura (Universidade Católica de Brasília)*. 1996; 21:51–52.
6. Garrafa V. Da bioética de princípios a uma bioética interventiva. *Bioética Brasileira de Bioética*. 2005; 13(1): 125-143.
7. Garrafa V, Porto D. Intervention bioethics: a proposal for peripheral countries in a context of power and injustice. *Bioethics*. 2003; 17(5-6):399-416.
8. Gil AC. *Método e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. Atlas: São Paulo. 2008.
9. Golgher AB. *Fundamentos da migração*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar. 2004.
10. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Cidades 2020. Acesso em <https://cidades.ibge.gov.br/>
11. Martorell LB. *Análise crítica da Bioética de Intervenção: um exercício de fundamentação epistemológica*. Brasília, 2015. Tese (doutorado); orientador: Volnei Garrafa. Universidade de Brasília/Programa de Pós-Graduação em Bioética, 2015. 113 p.
12. Mignolo W. A colonialidade está longe de ter sido superada, logo, a decolonialidade deve prosseguir. MASP – Afterall, 2019. Acesso em: <https://masp.org.br/uploads/temp/temp-YC7DF1wWu9O9TNKezCD2.pdf>.
13. Mignolo W. *Histórias locais/ projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2020.
14. Nascimento W F. *Por uma vida descolonizada: diálogos entre Bioética de intervenção e os estudos sobre a Colonialidade*. Tese (doutorado); orientadora; Rita L. Segato. Universidade de Brasília/Programa de Pós-Graduação em Bioética, 2010. 154 p.
15. Porto D. Bioética de intervenção: retrospectiva de uma utopia. In: Porto D, Garrafa V, Zafalon G, Barbosa SN (eds). *Bioética, poderes e injustiças - 10 anos depois*. Brasília:

- CFM/Cátedra UNESCO de Bioética/SBB. 2012.
16. Quijano A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Tradução de Júlio César Casarin Barroso Silva. Buenos Aires: CLACSO., 2005.
 17. Rocha ASPS, Cunha TR, Guiotoku S, Moysés ST. Acesso de migrantes haitianos à saúde pública: uma questão bioética. *Revista Bioética*. 2020; 28 (2): 384- 389.
 18. Rosanelli CF, Ribeiro ALC, Assis SL, Silva ATM, Siqueira JE. A fragilidade humana diante da pobreza e da fome. *Revista Bioética*. 2015; 23(1): 89-97.
 19. Santos M. O lugar e o cotidiano. In: Souza-Santos SB, Menezes MP (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez. 2010, pp. 584-602.
 20. Souza-Santos B, Menezes MP (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez. 2010.
 21. Souza CAS, Freitas RCS. Trabalho e Migração: lugares de homens e mulheres na lavoura de café no sul de Minas Gerais. *Revista UNIABEU: Belford Roxo*. 2015; 18(8) 1-16. Acesso em https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RU/article/view/1864/pdf_180
 22. Vinuto J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Revista Temática*. 2014; 22 (44): 203-220.

Recebido: 14/04/2020. Aprovado: 08/10/2020.